

mercado

Debate sobre tarifa marca 50 anos do tratado de Itaipu

Quitação da dívida neste ano abre caminho para renegociar termos financeiros

Alexa Salomão

BRASÍLIA O aniversário de 50 anos da assinatura do tratado entre Brasil e Paraguai para a construção e a operação da usina binacional de Itaipu, no rio Paraná, nesta quarta (24), marca dois momentos históricos, afirmam especialistas.

Olhando para trás, o tratado referenda o que setor de energia qualifica como triunfo da "engenharia diplomática".

Olhando à frente, marca outra negociação, prestes a começar: a revisão das bases financeiras da usina e, consequentemente, do preço da energia.

O tratado tem 25 artigos e conta com três anexos que detalham questões específicas. O anexo A traz o estatuto da entidade binacional Itaipu. O anexo B trata das instalações destinadas à produção de energia. O anexo C traz as

bases financeiras e de prestação dos serviços.

Foi acordado entre as partes que o anexo C pode ser revisado quando a dívida for quitada, o que ocorreu em fevereiro. Como o Brasil acaba de empossar um novo governo e o Paraguai define o novo presidente no dia 30, a negociação histórica tende a ficar para o segundo semestre. Porém, já é identificada como sensível.

"Itaipu é uma empresa extraordinária que tem três compromissos importantes, os consumidores, a relação bilateral com o Paraguai e os interesses regionais no Paraná. Porém, é o consumidor que paga por tudo. A negociação do anexo C precisa manter o equilíbrio desses três pilares, mas sempre respeitando o consumidor", afirma Celso Torino, que foi diretor técnico executivo de Itaipu e é vice-presidente da Cier (Comissão de Integração Energética Regional), organização que re-

de energia nas Américas do Sul e Central, além do Caribe.

Segundo o Instituto Acende Brasil, como os sócios têm porte e históricos muito diferentes, os números mostram que os termos do acordo exigiram mais do lado brasileiro. Um lei que também faz 50 anos, de 5 julho de 1973, diz que consumidores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste são obrigados a pagar pela energia de Itaipu.

Levantamento da entidade mostra que, de 1985 a 2021, ano do mais recente balanço da empresa, o Brasil pagou US\$ 83,2 bilhões (R\$ 421 bilhões) a Itaipu. O Paraguai, por sua vez, recebeu lucros de US\$ 5,9 bilhões (R\$ 30 bilhões).

"Poucas pessoas se dão conta disso", diz Claudio Sales, presidente do Acende Brasil.

"A combinação do que o Pa-

raguai recebe de royalties, remuneração de capital e ressarcimentos dá um volume de dinheiro que é mais do que suficiente para ele pagar pela energia de Itaipu."

Há outras razões para explicar a diferença. O financiamento para a obra foi um project finance, modalidade em que a dívida é quitada por meio do fluxo de caixa do próprio projeto — nesse caso, via tarifa de energia compulsória.

"No montante de recursos e no prazo, o project finance de Itaipu foi o maior do mundo", diz Altino Ventura Filho, que comandou Itaipu de 1996 a 2002. Foram US\$ 12 bilhões (R\$ 60,7 bilhões), mas, por causa dos juros acumulados durante a obra, o empréstimo totalizou US\$ 19 bilhões (R\$ 96,1 bilhões).

Pelo tratado, a energia é dividida meio a meio. No entan-

to, o Paraguai não consome toda a sua parte e obrigatoriamente vende para o Brasil.

No último balanço da empresa, 76% da energia ficou com o Brasil, e o país foi responsável por 86% das receitas da usina. Considerando todas as operações financeiras naquele ano, 98% do custo total foi arcado pelo lado brasileiro, segundo o Acende Brasil.

Há mais um diferencial. Pelo acordo, Itaipu não deve gerar lucro. O preço cobrado pela energia cobre os custos para a usina cumprir com suas obrigações para operar. Sem a dívida, que representava 64% dos custos em 2021, há excedente financeiro — e seu destino alimenta debates.

Em entrevista à Folha, o novo diretor-geral de Itaipu, Enio Verri, defendeu que parte deve permanecer com Itaipu para financiar projetos socioambientais. Verri quer estender o uso dos recursos, hoje restritos ao oeste do Paraná, para

Já seguindo essa estratégia, a tarifa de Itaipu caiu neste

“É muito importante que essa energia barata e renovável chegue à indústria, que gera emprego e renda, e majoritariamente no mercado livre

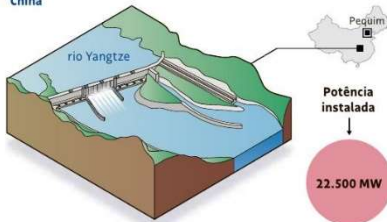
Rodrigo Ferreira presidente-executivo da Abraceel (Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia)

Maiores usinas do mundo em potência instalada, em megawatt



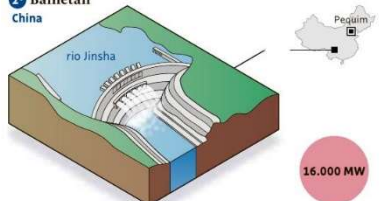
19 Três Gargantas

China



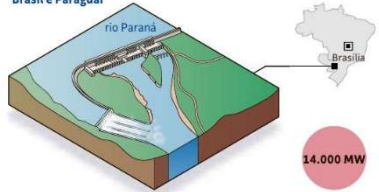
2º Baihetan

China



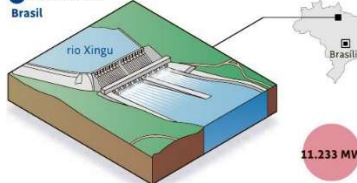
3º Itaipu Binacional

Brasil e Paraguai



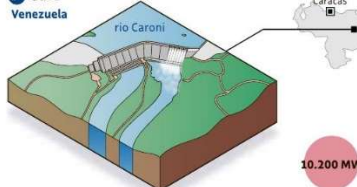
4º Belo Monte

Brasil



5º Guri

Venezuela





Comportas abertas da hidrelétrica binacional de Itaipu, entre o Paraná e o Paraguai Rubens Fraulini - 14.jan.23/Itaipu Binacional/Divulgação



O quem tem no tratado de Itaipu

O acordo internacional assinado em 24 de abril de 1973 pelos presidentes do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, e do Paraguai, Alfredo Stroessner tem 25 artigos que estabelecem a relação binacional entre os dois países na hidrelétrica, inclui três anexos sobre questões específicas da usina



Anexo A

Corresponde ao estatuto da entidade binacional denominada Itaipu



Anexo B

Traz a descrição geral das instalações destinadas à produção de energia elétrica e das obras auxiliares, com as eventuais modificações que se façam necessárias



Anexo C

Fixa as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade **(pode ser revisto a partir deste ano)**

Fonte: Itaipu